

Os limites para o lugar do presente nas produções do IHGB: breves apontamentos

ISADORA TAVARES MALEVAL*

O circumspecto gênio do historiador, sentando-se sobre a tumba do homem, que aí termina suas fadigas, despreza argumentos de partido e conselhos de lisonja, portando-se em seus juízos como austero sacerdote da verdade.
(BARBOSA, 1908 [1839])

Em discurso inaugural do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, Januário da Cunha Barbosa delineou alguns pressupostos para aquilo que se desejava da instituição. Dentre estes, figurava-se a expectativa da formação de um vasto acervo documental relativo à história do país. O momento era também de pensar a respeito do trabalho do historiador. Responsável pela busca da *verdade*, o historiador deveria recusar a proximidade com os fatos analisados, primando por uma das maiores exigências modernas de escrever a história: a imparcialidade. Quanto maior o distanciamento crítico entre o narrado e o narrador, melhor – distanciamento crítico que acabou virando, grosso modo, sinônimo de distanciamento temporal.

O presente passaria, então, a ser tomado com cautela por essa historiografia oitocentista. Em movimento semelhante, Reinhart Koselleck mostra como se deu essa passagem na Alemanha, a partir do final do século XVIII. Segundo ele, com a consolidação de um novo modelo de escrita da história, a “história do presente” tornou-se cada vez menos conceituada: a testemunha ocular, tão marcante na historiografia antiga¹, perdia a posição central para o moderno conceito de história (2006: 174). O passado já não deveria mais ser reconstruído tendo como base a tradição oral, passando a sê-lo através de procedimentos que aliavam imparcialidade, fontes e crítica (ARAÚJO, 2008: 39).

* Doutoranda em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.

¹ De acordo com Arnaldo Momigliano, o grego Tucídides considerava que o presente “[...] era o único período a respeito do qual era possível obter **informação confiável** e, portanto, a pesquisa histórica deveria começar com o presente e poderia penetrar o passado apenas na medida em que a documentação assim o permitisse”. Tanto é que, para ele, o melhor método para a pesquisa histórica seria o da observação direta (MOMIGLIANO, 2004:68-72; grifos nossos).

Os letrados que gravitavam em torno do IHGB, caso desejassem escrever história, deveriam estar atentos a essas questões, pois o Instituto tentava alinhar-se ao modelo “científico” da história, tão característico daquele período – em que pesem também as continuidades entre a historiografia nele produzida e tradicionais formas de narrar a história². Nesse novo modelo, a crença nos sentidos humanos tornava-se cada vez mais obsoleta. A história-ciência tomava para si critérios típicos das ciências biológicas, como, por exemplo, a ideia de que o mais importante não era mais o que “olho via”, mas sim o que os experimentos e a crítica ofereciam ao estudioso. Em outras palavras, o que vigorava nesse modelo científico era a desconfiança nas faculdades humanas, na capacidade reveladora dos sentidos (ARENDDT, 2009:84-85).

Por outro lado, é sabido que história e política são instâncias quase sempre indissociáveis, algo muito visível sobretudo naquele período. A escrita de uma história *nacional* representava a necessidade de aliar um determinado projeto político ao espaço de produção da história. As bases de criação de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) brasileira passavam pelo crivo da historiografia, e é muito sintomático que o IHGB fosse constituído sob os auspícios da casa imperial (GUIMARÃES, 1995). Ainda mais porque o momento exigia algum equilíbrio à jovem nação brasileira: desde a Independência, passando pelo período regencial, o que se seguiam eram eventos que demonstravam a completa falta de unidade do Império. E *unidade* era palavra cara para aquele contexto.

A concepção sobre o que deveria ser da alçada do historiador também passava por esse movimento. Comentar sobre o presente ou sobre o passado recente da nação seria trazer à tona “[...] contradições, dúvidas e até mesmo rivalidades pessoais, que em nada poderiam contribuir para o fortalecimento das debilitadas instituições monárquicas” (GUIMARÃES, 1999:34-35).

² De início, o IHGB procurava realizar um trabalho arquivístico, fato que demonstraria a boa receptividade de uma noção mais antiga de história, pautada mais no trabalho antiquário do que na crítica documental. De acordo com Lucia Guimarães, a instituição, naquele primeiro momento, estava mais preocupada em coletar dados e documentos relativos ao Brasil nos arquivos do país ou do exterior, do que em analisar esse tipo de documentação nos termos de uma história moderna. Em um segundo momento, após a apreensão de certa quantidade de artefatos documentais, procurava-se interpretar as fontes. Essa fase seria caracterizada pelo início da produção de síntese histórica, anunciada na segunda sessão pública, ocorrida no dia 27 de novembro de 1840. Apesar disso, o próprio imperador D. Pedro II, nove anos mais tarde, ainda indicava a necessidade de uma mudança na produção do IHGB: a coleta de dados deveria ceder lugar à escrita da história nacional (GUIMARÃES, 1995:459-613; MOMIGLIANO, 2004: 90; ROCHA, 1999:45).

A construção e a consolidação do estado imperial necessitavam, portanto, de *esquecimentos*. De acordo com Ernest Renan, em seu clássico texto sobre o que seria uma nação, uma atitude fundamental para a consolidação desta seria justamente o esquecimento, pois a “[...] investigação histórica traz de volta à luz fatos de violência ocorridos na origem de todas as formações políticas” (RENAN, 1997:19). Ou seja, a unidade nacional, sempre conseguida de forma brutal, deveria ser lembrada apenas como resultado – a própria unidade, nunca através do processo (violento) que a constituiu³.

Ao presente (ou ao passado recente) turbulento restava a posteridade, à qual era conferida o papel de juíza dos acontecimentos. No caso do Brasil oitocentista, os exemplos da Revolução Pernambucana (1817), da Farroupilha (1825-1835) e, em menor escala, conforme será visto, da Balaiada (1838-1841), deveriam ser relegados ao “tribunal da posteridade”. Soma-se a isto o fato de que, naquela “sucessão de conflitos internos mal resolvidos” desde antes da Independência, estiveram em grande medida envolvidos homens de notória importância política do Segundo Reinado, inclusive fundadores do próprio Instituto Histórico. No dizer de Lucia Guimarães, na Revolução de 1817, por exemplo, “[...] figuravam dois ilustres confrades: o brigadeiro Francisco Soares de Andréa e o marechal Cunha Matos, este último um dos fundadores do IHGB” (2006:116-117). Isto explicaria, inclusive, o “esquecimento” produzido pelo Instituto com relação ao evento revoltoso em Pernambuco. De acordo com a mesma historiadora, a Revolução de 1817 seria mantida em segredo até 1853, quando pela primeira vez na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁴ um manuscrito relacionado ao tema foi tornado público⁵.

Na 24ª sessão do instituto, datada do dia 22 de outubro de 1839, foi feita a leitura da carta do general José Inácio de Abreu e Lima, que, além de ofertar uma obra de sua autoria – o *Bosquejo historico, politico e litterario do Brazil* –, oferecia um

³ Devemos lembrar que essa idéia de Renan se apresenta em um contexto específico, aquele da disputa entre franceses e alemães acerca do controle da região da Alsácia e da Lorena no final do século XIX. O dito texto é a defesa de Renan para a França. O esquecimento fundamental tinha que ser o do passado das regiões sob o domínio alemão.

⁴ Daqui por diante denominada apenas por *Revista*.

⁵ Lúcia Guimarães argumenta ainda que apenas em 1917, ou seja, no centenário do movimento, é que ele teria sido realmente resgatado para a história produzida pela instituição inclusive como precursor ao 7 de setembro de 1822 (2006:120).

manuscrito “[...] cujo valor é hoje inestimável; pelo que muito desejaria vê-lo quanto antes publicado, para que não se perdesse a relação de um acontecimento tão extraordinário, e tão notável em a nossa moderna história” (RIHGB, 1908:282). O documento em questão era uma carta escrita pelo capitão-general da província de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, endereçada ao então Secretário de Estado, conde da Barca, no contexto da Revolução Pernambucana. Apesar de recebidas com “especial agrado” pela instituição, as ofertas de Abreu e Lima não tiveram o destino que o doador esperava. Pelo menos não a segunda. A Comissão de História do Instituto⁶ foi desfavorável à publicação do documento. Na sessão do dia 19 de dezembro de 1839, Manoel Ferreira Lagos, segundo secretário da instituição, representava a opinião da Comissão, ao dizer que a publicação dos documentos sobre a participação do governador de Pernambuco na revolução de 1817 havia sido vetada porque

*[...] conquanto um tal documento seja na verdade de muito apreço, não convém publicá-lo já, pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; [...] que seja guardado nos Arquivos do Instituto, até que todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido perante o **tribunal da posteridade** (RIHGB, 1908:294-295; grifos nossos)⁷.*

Foi nesse contexto que surgiu uma proposta curiosa entre os sócios do Instituto Histórico. O botânico Francisco Freire Allemão, sócio correspondente da instituição desde 16 de fevereiro de 1839 (e depois sócio efetivo), teve nela poucas participações relevantes. Podemos citar apenas duas: em 1847, dando parecer às memórias de Karl Von Martius que acabaram ganhando o prêmio da instituição relativo ao melhor plano para a escrita da história do Brasil; e, em 1850, quando entrou em discussão com Manoel Joaquim Pereira da Silva sobre os vocábulos da língua geral brasiliense (SOUZA, 1948).

Apesar dessa aparente pouca notoriedade de Allemão como membro da instituição no que dizia respeito às discussões sobre a escrita da história nacional, foi dele que partiu, em dezembro de 1847, a proposta sobre uma arca “fechada com duas

⁶ A Comissão de História reunia-se com a finalidade de dar pareceres a obras de cunho historiográfico, a documentos doados à instituição que tinham intenção de serem publicados ou a projetos dos sócios que tinham como meta a produção de sínteses históricas, entre outros aspectos.

⁷ De acordo com Lúcia Guimarães, o documento em questão evidenciava a simpatia de Caetano Pinto de Miranda Montenegro para com os revoltosos (1995:518).

chaves”, uma das quais ficaria a cargo do Ministro do Império e a outra ao diretor do Arquivo Público, para que nela “[...] se conservem debaixo de sigilo as notícias históricas contemporâneas que alguém queira enviar ao mesmo Instituto, notícias que virão lacradas em cartas, e só serão abertas no tempo em que seu autor o determinar” (RIHGB, 1869:567).

A “arca do sigilo”, como daí por diante seria chamada, longe de ser uma abstração para designar o papel relegado ao futuro de documentos que versassem sobre o tempo recente da nação brasileira, tal como a expressão “tribunal da posteridade”, possuía uma materialidade inquestionável. Seria um “cofre forte” onde documentos e obras sobre eventos do presente ou de um passado ainda muito recente e traumático deveriam ser resguardados para não ocasionar perigo à paz que se queria reinante, naqueles tempos ainda turbulentos.

A proposta sofreu julgamento por parte dos sócios da instituição, mas parece que foi aceita sem grandes abalos. Naquela mesma sessão obteve aprovação, ficando apenas em aberto a maneira pela qual seria desenvolvida daí para frente a construção da “arca” e os demais tópicos relacionados ao assunto.

Tal posição só apareceria, contudo, dois anos mais tarde, em sessão do dia 16 de fevereiro de 1850, honrada com a presença do Imperador do Brasil. Em discussão, a proposta de Freire Allemão foi mais uma vez tomada como imprescindível, pela “[...] máxima utilidade de haver um depósito particular para os escritos cuja publicação não se deve fazer antes de um tempo determinado” (RIHGB, 1872:133). A Comissão de História parecia não duvidar que a proposta em questão devesse ser posta em prática logo. Nas palavras dos sócios Manoel de Araujo Porto-Alegre, Francisco Freire Allemão e Manoel Ferreira Lagos,

A comissão crê que um utilíssimo resultado se colherá da criação deste arquivo secreto, além dos que já teve a honra de ponderar: a arca do sigilo vai ser o depósito da consciência íntima de muitos escritores, que não levarão à sepultura verdades essenciais à história de um país, vai ser o juiz póstumo do caráter de todos os autores principais da cena do nosso mundo, e revelar fatos que tornariam a história obscura, forçando os escritores futuros a tatearem no mundo das conjecturas e das probabilidades. Além disto, o temor dos escritos secretos dos contemporâneos, da divulgação de crimes documentados, o pressentimento de uma funesta herança para os descendentes daqueles que souberam iludir seus contemporâneos, fará com que muitos homens recuem e que procedam mais assisadamente nos seus atos alistando-se de preferência no mundo do idealismo, no domínio da razão, do que num pernicioso e temporário individualismo (RIHGB, 1872:134; grifos nossos).

Fica aqui exposto o interesse demonstrado pelos sócios do IHGB não só de haver um espaço destinado à “consciência íntima de muitos escritores”, como também a segurança que tal depósito traria para os mesmos, para a divulgação de elementos importantes para a história da nação no futuro. Ao fazerem isso, evitavam o esquecimento completo dos fatos, ao mesmo tempo em que mantinham o silêncio no presente sobre os mesmos.

Os artigos que regulamentariam a “arca do sigilo” foram postos em votação alguns meses mais tarde. Após longa discussão, foram aprovados com algumas emendas. O material a partir do qual seria feita a arca, por exemplo, que antes constava como sendo de “madeira incorruptível, precintada [sic] de ferro”, agora deveria ser totalmente de ferro (*RIHGB*, 1872:415-416). Informações desse porte (o material que deveria ser utilizado para a feitura da arca, a forma como deveriam ser embalados os documentos, entre outras) demonstram todo um ritual em torno de escritos que deveriam ser mantidos em segredo naquele momento, só podendo ser revelados na época que o autor ou a instituição considerasse pertinente.

Ainda há muito a ser desvendado sobre a “arca do sigilo”. Têm-se, porém, alguns indícios que mostram que ela foi efetivamente utilizada por homens que tinham relação próxima com a instituição. Um exemplo disto escapa ao período monárquico, mas permanece relevante não só pela utilização da arca, como também pelo fato de o doador do documento ter sido um homem de extrema notoriedade para o estado Imperial. Este homem era Alfredo D’Escragolle Taunay, e sua obra foi intitulada *Trechos de minha vida*, encetada em 1890 e que posteriormente ganharia o título tão somente de *Memórias*.

Após a queda da família real e o início do período republicano, Taunay, um monarquista assumido, resolvera escrever suas memórias sobre os mais distintos fatos que permearam sua própria vida. Os manuscritos somente poderiam, contudo, ser abertos ao público após um lapso de tempo, conforme o próprio autor indicava: “Estas *Memórias* só podem, só devem ser entregues à publicidade depois de 22 de fevereiro de 1943, isto é completos cem anos da época do meu nascimento, ou cinquenta anos de 1893 [...]” (TAUNAY, 1946:9). Para isso, teve a ideia de confiar os manuscritos aos auspícios do IHGB, depositando-os na “arca do sigilo”. O Instituto deveria conservar, “sob zelosa custódia”, os documentos, até a data indicada para a publicação – a partir de

1943. Isto não sem antes consultar também o descendente mais direto do escritor. Os manuscritos foram, então, pouco a pouco, na medida em que eram escritos por Taunay, guardados na tal “arca” do instituto: “[...] envoltos em papel impermeável, arsenicado, e, novamente, em papel alcatroado, sendo o invólucro, em diferentes pontos, lacrado, com o sinete do depositante, sobre uma rede de fios metálicos” (TAUNAY, 1946:10).

Em 1946 as *Memórias* seriam publicadas através do esforço dos filhos do memorialista, Afonso e Raul de Taunay. O fato é que, para o Taunay-pai, trazer a público uma série de memórias suas sobre o período monárquico parecia-lhe, apesar de seu aparente descaso para com o novo regime republicano, perigoso⁸. Também nesse caso, o “tribunal da posteridade” fora acionado – pelo próprio autor, não pela instituição histórica.

Outros exemplos poderiam ser tomados para ampliar a discussão ora apresentada. Os casos de obras como a *História da Independência do Brasil*, de autoria do célebre Francisco Adolfo de Varnhagen, e a *Memória Histórica e Documentada da Rebelião na Província do Maranhão*, de Gonçalves de Magalhães, também servem a esse propósito de discutir os limites e a constituição do lugar resguardado à história recente do país naquele momento.

Com relação à primeira obra, é sabido que fazia parte das páginas finais do famoso *História Geral do Brasil*, mas que teria sido suprimida na segunda edição do mesmo devido às preocupações do autor em dotar sua síntese histórica de critérios mais objetivos⁹. O trabalho de Varnhagen foi ampliado e os manuscritos da *História da Independência do Brasil* só se tornariam conhecidos na primeira década do século XX, merecendo publicação na própria *Revista* do IHGB (VARNHAGEN, 1917[1916]:5-598).

Já a citada obra do romântico Gonçalves de Magalhães (1870[1848]:263-362) teve uma recepção favorável desde a época próxima à sua elaboração, incluindo aí um prêmio dado pelo IHGB, em 1847, e a publicação de sua memória na *Revista*, apesar de

⁸ Taunay, como já foi dito, era monarquista. Não aceitava o governo de Floriano Peixoto, além de ter perdido boa parte de sua fortuna com a política do Encilhamento durante a Primeira República (VAINFAS, 2002:36-38).

⁹ Segundo Temístocles Cezar, retirar marcos de subjetividade, inclusive com relação ao pai de Varnhagen que era descrito muito amavelmente na primeira edição do livro e ao patriarca da Independência, José Bonifácio, visto muito negativamente pelo autor de *História Geral do Brasil* (CEZAR, 2006:123).

tratar da Balaiada, uma revolta do período regencial¹⁰. Os sócios do Instituto indicavam que o trabalho mereceria o prêmio por se revestir da “[...] perfeita exatidão e imparcialidade [...]” necessárias ao tema (*RIHGB*, 1869:425)¹¹.

Vale notar que os escritos do conflito em questão podem ter tido a referida acolhida por se tratar, de certa forma, de uma grande vitória para o Império do Brasil. No início de 1840, Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias¹², foi nomeado presidente da província e comandante de armas do Maranhão. A partir daí, desenvolveu estratégia contra os rebeldes e chefes *balaios*. Em 1842, com a dizimação dos escravos rebeldes cativos e a execução de seu líder teve fim a própria revolta (ENGEL, 2002:71-73), o que com muita dificuldade foi conseguido no Rio Grande do Sul¹³.

Além disso, de acordo com Lucia Guimarães, até a origem dos envolvidos na rebelião maranhense pode explicar a atitude positiva dos sócios do IHGB com relação à memória de Magalhães: um dos líderes era um vaqueiro cafuso e o outro um negro que liderava os escravos fugidos. Ninguém, portanto, que precisasse ser “protegido” pela instituição histórica localizada no Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 1995:534).

Qual era, então, o critério utilizado por esses homens para, de um lado, censurar escritos que mencionassem o presente e, de outro, premiá-los?

Parece ainda forçoso comentar a existência de um lugar reservado para o presente em narrativas de cunho memorialista e em crônicas¹⁴. Em outras palavras: para esses dois gêneros a permissividade sobre o que poderia ser narrado em termos de um

¹⁰ O autor, nomeado em 1838 secretário da província do Maranhão, pode observar de perto todo o desenrolar do movimento revoltoso.

¹¹ Naquele momento, o trabalho de Magalhães era equiparado ao de Machado de Oliveira, *Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios de S. Paulo desde o seu começo até a atualidade*, mas os maiores predicados do primeiro acabaram garantindo-lhe o prêmio.

¹² Alcinha decorrente do êxito na solução da Balaiada, tendo em vista que Caxias era uma cidade da região onde o movimento se deflagrara.

¹³ Vale lembrar como, até hoje, a rebelião dos Farrapos é vista no Rio Grande do Sul como marca positiva da identidade gaúcha.

¹⁴ A história como um simples registro dos acontecimentos, sob a forma de crônicas ou de anais ainda era muito utilizada, sobretudo nas primeiras décadas do oitocentos no Brasil (NEVES & MACHADO, 1999:194). Vale lembrar ainda que a palavra *crônica* referia-se, em sua acepção original, à *cronologia*. Escrever uma crônica era, portanto, equivalente a narrar temporalmente os eventos considerados importantes, sem aprofundar-lhes a causa, fato que não impediu na época medieval e mesmo na moderna, um testemunho extremamente elogioso dos reinados, visando algumas benesses (MOISÉS, 2004:110).

passado recente parece ser muito maior do que quando essa mesma abordagem era feita em uma obra de história.

Essa abertura para se tratar do presente em crônicas ou memórias inclusive demonstra a própria constituição do gênero historiográfico, tendo em vista que a identidade deste passaria pela percepção do que lhe seria diferente. O projeto de uma *Chronica do Senhor Dom Pedro II*, proposto no Instituto Histórico em maio de 1848, pode ser um exemplo para o que acabou de ser exposto. Nesse caso, fazia-se necessário “[...] coligir e coordenar os fatos mais notáveis ocorridos durante o ano, para os apresentarem de seis em seis meses em sessão da sociedade, e serem transcritos no dito livro [...]” (RIHGB, 1916:415). Aceito prontamente, o projeto, contudo, parece não ter sido efetivado¹⁵. Apesar disso, é relevante o fato de que ao mesmo tempo em que eram recusados ou mesmo censurados documentos e obras que tratassem da história recente do Brasil, um projeto desse porte fosse levado à discussão e aprovado pelos membros da instituição.

Os exemplos aqui citados tiveram como objetivo demonstrar como, em variadas ocasiões, homens ligados ao IHGB acabaram colaborando tanto com a constituição de uma determinada memória nacional, quanto com uma visão de história que preconizava o afastamento temporal com o objeto de estudo – a *nação brasileira* – como parte dos métodos que deveriam adotar para a constituição de uma história-ciência. Claro está, por outro lado, que propostas como a da “arca do sigilo” muito tinham a ver com a situação política vivida pelo Brasil imperial, e com o temor que existia entre os letrados de comentar sobre os fatos recentes da vida política do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes:

IHGB. “Ata da 24ª sessão em 22 de outubro de 1839”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 1, n. 4, 1908.

¹⁵ Segundo Lucia Guimarães, a iniciativa da *Chronica* teria se fundido ao projeto de Cunha Barbosa: a escrita das *Efemérides* (1995:532).

- _____. “Ata da 29ª sessão em 19 de dezembro de 1839”. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 1. n. 4, 1908.
- _____. “Ata da 44ª sessão em 1 de agosto de 1840”. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 2, 1916.
- _____. “Ata da 173ª sessão em 22 de julho de 1847”. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, t. 9, 1869.
- _____. “Ata da 183ª sessão em 9 de dezembro de 1847”. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, t. 9, 1869.
- _____. “Ata da 213ª sessão em 16 de fevereiro de 1850”. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, t. 13, 1872.
- _____. “Ata da 216ª sessão em 30 de agosto de 1850”. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, t. 13, 1872.
- MAGALHÃES, Domingos José de Gonçalves de. “Memoria historica e documentada da revolução da provincia do Maranhão desde 1839 até 1840”. *Revista Trimensal de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, t. 10, p. 263-362, 1870 [1848].
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 9ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1978, v. 2.
- _____. “Historia da Independencia do Brasil, ate ao reconhecimento pela antiga metrópole, comprehendendo, separadamente, a dos successos occorridos em algumas provincias ate essa data”. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 5-598, 1917 [1916].

2. Artigos e livros consultados:

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Valdeir Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- _____. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. In *Almanack Braziliense*. São Paulo, maio 2008.
- ARENDDT, Hanaah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

- BASILLE, Marcello. “Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832”. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 259-298, jan./dez. 2004.
- _____. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila, SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 17-48.
- CEZAR, Temístocles. “Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen”. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 207-240, 2005.
- ENGEL, Magali Gouveia. “Balaiada”. In: Ronaldo Vainfas (org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 71-73.
- FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1980.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2006.
- _____. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, p. 459-613, jul-set. 1995.
- _____. O “tribunal da posteridade”. In: PRADO, Maria Emília & GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (orgs.). *O Estado como vocação – idéias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 33-57.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº1, v. 1, p. 3-27, 1988.
- JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- JANCSÓ, István, PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- RENAN, Ernest. “O que é uma nação?” In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão. Cadernos da Pós/Letras*. Rio de Janeiro: UERJ – Instituto de Letras, 1990.
- ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 31-63.
- SOUZA, João Francisco de. *Freire Alemão, o botânico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.